



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
2002/2003

Prova Objetiva

Gabarito 1

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **NÚMERO** do **GABARITO**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses NÚMEROS deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 4 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 80**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Caso você permaneça na sala de prova até os trinta minutos que antecedem o término do tempo de duração da prova, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Constitucional	01 a 10	1
Direito Administrativo	11 a 18	
Direito Financeiro e Econômico	19 a 26	
Direito Tributário	27 a 40	
Direito Civil	41 a 48	
Direito Processual Civil	49 a 58	
Direito Comercial	59 a 65	
Direito Penal	66 a 67	
Direito Processual Penal	68 a 69	
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	70 a 72	
Direito da Seguridade Social	73 a 76	
Direito Internacional Público	77 a 80	

Boa Prova

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Assinale a opção correta.

- a) Se o STF julga inconstitucional uma medida provisória em sede de ação declaratória de constitucionalidade, será considerado, para todos os efeitos de direito, automaticamente inconstitucional, lei posterior do Congresso Nacional que tenha o mesmo conteúdo da medida provisória.
- b) Norma da Constituição Estadual pode ser objeto de representação por inconstitucionalidade perante Tribunal de Justiça, por ofensa a princípio constitucional sensível disposto na Constituição Federal.
- c) Norma constante de tratado de que o Brasil é parte, por ser ato de Direito Internacional, não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade é a ação apropriada para apurar se uma lei estadual invadiu competência federal, em matéria de competência legislativa concorrente.
- e) Lei municipal pode vir a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade.

02- Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei. Suponha, ainda, que um juiz de primeiro grau venha a, num caso concreto, julgar válida essa mesma lei. Nessas circunstâncias, assinale a opção correta.

- a) Se a decisão do juiz de primeiro grau é anterior à decisão do STF, a parte prejudicada poderá ajuizar reclamação perante o STF, mas apenas se a decisão do STF tiver sido adotada em sede de ação declaratória de constitucionalidade.
- b) Se a decisão do STF for anterior à do juiz, caberá reclamação ao STF contra a decisão do magistrado de primeiro grau, quer a decisão do STF tenha sido tomada em sede de controle incidental, quer tenha sido tomada em sede de controle abstrato.
- c) Se a decisão do STF foi em ação direta de inconstitucionalidade e transitou em julgado antes da sentença do juiz, esse mesmo juiz não poderia ter julgado válida a lei, diante do efeito vinculante da decisão da Suprema Corte no caso.

- d) Quer a decisão do juiz tenha sido anterior ou posterior ao julgado do STF, qualquer que tenha sido a ação em que a decisão do STF foi proferida, contra a sentença do juiz somente caberá apelação ao tribunal de segunda instância.
- e) Mesmo que a decisão do juiz de primeiro grau tenha transitado em julgado, caberá reclamação ao STF contra a decisão do juiz de primeira instância que, sendo posterior à decisão do STF, seja afrontosa da deliberação da Suprema Corte.

Nas questões de 03 a 07, assinale a opção correta.

- 03- a) O *habeas corpus* é instrumento adequado para se impugnar ordem de juiz de primeiro grau de quebra de sigilo bancário.
- b) O sentenciado penal não pode ser preso para cumprir a sentença, enquanto dela pender recurso extraordinário, em virtude da presunção de inocência, que perdura enquanto não transitada em julgado a decisão condenatória.
- c) Não há reparação por danos morais sem prova de dano à reputação do autor da demanda.
- d) A Constituição Federal não admite perquirição sobre a culpa do particular, já que esta não pode atuar como circunstância liberatória da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- e) O mandado de segurança é remédio constitucional adequado para cobrar do Estado verbas por ele devidas ao impetrante e não pagas oportunamente.
- 04- a) As pessoas que se dedicam à vida pública abrem mão, implicitamente, da pretensão ao direito à privacidade.
- b) Lei não pode exigir autorização dos poderes públicos para o exercício de atividade econômica.
- c) Por ter que adotar o regime próprio das empresas privadas, as sociedades de economia mista não estão sujeitas à necessidade de licitar para adquirir bens e serviços.
- d) É cabível a ação popular para a proteção do meio ambiente.
- e) Os direitos sociais previstos na Constituição, por serem normas programáticas, não produzem efeitos jurídicos, senão depois de regulados pelo legislador ordinário.

- 05- a) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar *habeas corpus* contra ato de turma recursal de Juizado Especial.
- b) A ação popular pode ser ajuizada para atacar ato jurisdicional.
- c) O Advogado-Geral da União é processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Deve ser ajuizado perante juiz federal de primeira instância o *habeas corpus* impetrado contra ato de Procurador da República com atuação no primeiro grau de jurisdição.
- e) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal julgar o Presidente da República nas ações de improbidade e nas ações civis públicas em que ele figure como réu.
- 06- a) É legítimo o procedimento criminal contra indivíduo, aberto exclusivamente com base em gravação clandestina de conversa telefônica, se a gravação não foi feita por agente público, mas por terceira pessoa, ainda que sem autorização judicial.
- b) A exigência de depósito de multa como condição de admissibilidade de recurso administrativo não fere a garantia constitucional da ampla defesa e do devido processo legal.
- c) Fere a garantia do direito adquirido que uma lei venha a suprimir gratificação recebida pelo servidor, mesmo que essa mesma lei compense a perda da gratificação extinta com a criação de outra, não ensejando diminuição do montante total dos vencimentos recebido pelo servidor.
- d) A Constituição não admite que lei estabeleça limite mínimo de idade para ingresso em cargo público – exceto nos casos em que a própria Constituição estabelece esse limite etário.
- e) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a extensão da garantia constitucional do contraditório (art. 5º, LV) aos procedimentos administrativos tem o significado de subordinar a estes toda a normatividade referente aos feitos judiciais, tornando por isso indispensável a atuação de advogado nos feitos administrativos abertos para dirimir conflitos de interesses.

- 07- a) O Tribunal de Contas da União pode impor à autoridade administrativa sujeita à sua fiscalização a suspensão de pagamento de vantagem pecuniária incluída em proventos de aposentadoria de servidor, se a entender ilegítima, mesmo que a vantagem tenha sido assegurada ao aposentado por força de decisão judicial transitada em julgado.
- b) Não sofre de inconstitucionalidade formal a lei federal, de iniciativa de parlamentar, que, versando sobre matéria tributária, concede benefício fiscal a certas categorias de contribuintes de impostos de competência da União.
- c) Não havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode livremente emendar projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- d) Diante de demora do Chefe do Executivo em apresentar projeto de lei da sua iniciativa privativa, o Poder Legislativo pode aprovar lei fixando prazo para que o projeto seja encaminhado.
- e) É firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a sanção presidencial a projeto de lei supre eventual vício de iniciativa.

08- Suponha que, no curso de uma CPI no Congresso Nacional, tenham sido decretadas as medidas abaixo, com relação a certos investigados:

- I. quebra de sigilo bancário;
- II. busca domiciliar de documentos incriminadores;
- III. interceptação telefônica;
- IV. proibição de o investigado se ausentar do país;
- V. proibição de o investigado se comunicar com o seu advogado durante a sua inquirição;
- VI. seqüestro de bens mediante ato fundamentado em provas de desvio de bens públicos.

Dessas medidas, quantas não poderiam ter sido decretadas pela CPI:

- a) uma
- b) duas
- c) três
- d) quatro
- e) cinco

09- Assinale a opção correta.

- a) Pacificou-se o entendimento de que depende de juízo politicamente discricionário do Presidente da República a decisão de promover a intervenção federal em decorrência de provimento de ação de executoriedade de lei federal.
 - b) Uma causa que opõe a União a uma autarquia estadual, em torno de disputa sobre certo título executivo, deverá ser julgada originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que não tenha substrato político e pos-sua conteúdo estritamente patrimonial.
 - c) Da decisão de Tribunal de Justiça em representação para fins interventivos em Município cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
 - d) O Estado-membro que descumpra decisão judicial do Tribunal Superior do Trabalho está sujeito a intervenção federal requisitada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - e) É válida a lei municipal que fixa horário de funcionamento dos bancos e instituições financeiras nos limites do território do Município.
- 10- Uma lei foi aprovada em um Estado-membro da Região Sudeste e está em pleno vigor. Essa lei fixa a alíquota do ICMS de certos produtos quando produzidos no mesmo Estado em percentual menor do que aquele incidente sobre os mesmos produtos quando produzidos em outros Estados. Dados esses fatos, assinale a opção correta.
- a) Essa lei é constitucional, já que a defesa dos interesses da produção e do emprego no Estado-membro a justifica.
 - b) Essa lei é constitucional, porque cabe a cada Estado-membro fixar, por leis estaduais, a alíquota dos impostos da sua competência tributária.
 - c) Essa lei é inconstitucional e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta perante o Supremo Tribunal Federal por qualquer Partido Político.
 - d) Essa lei é inconstitucional e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, proposta pelo Conselho Federal da OAB, desde que demonstrado que a medida afeta de algum modo o interesse dos advogados que o Conselho representa.

- e) Essa lei é inconstitucional e pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no STF, movida pelo Governador de qualquer Estado que mostre prejuízo da lei à unidade federada que dirige.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 11- Assinale, entre os atos abaixo, aquele que não pode ser considerado como de manifestação da atividade finalística da Administração Pública, em seu sentido material.
- a) Concessão para exploração de serviço público de transporte coletivo urbano.
 - b) Desapropriação para a construção de uma unidade escolar.
 - c) Interdição de um estabelecimento comercial em razão de violação a normas de posturas municipais.
 - d) Nomeação de um servidor público, aprovado em virtude de concurso público.
 - e) Concessão de benefício fiscal para a implantação de uma nova indústria em determinado Estado-federado.
- 12- A distinção entre a lei formal e a lei material está na presença ou não do seguinte elemento:
- a) generalidade
 - b) novidade
 - c) imperatividade
 - d) abstração
 - e) normatividade
- 13- Tratando-se de Administração Pública Descentralizada ou Indireta, assinale a afirmativa falsa.
- a) A qualificação como agência executiva pode recair tanto sobre entidade autárquica quanto fundacional, integrante da Administração Pública.
 - b) Conforme a norma constitucional, a empresa pública exploradora de atividade econômica terá um tratamento diferenciado quanto às regras de licitação.
 - c) Admite-se, na esfera federal, uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, com um único sócio.
 - d) Pode se instituir uma agência reguladora cujo objeto de fiscalização ou regulação não seja uma atividade considerada como de serviço público.

- e) As entidades qualificadas como Organizações Sociais, pela União Federal, passam a integrar, para efeitos de supervisão, a Administração Pública Descentralizada.
- 14- A remoção de ofício de servidor público como punição por algum ato por ele praticado caracteriza vício quanto ao seguinte elemento do ato administrativo:
- a) motivo
 - b) forma
 - c) finalidade
 - d) objeto
 - e) competência
- 15- Conforme a legislação federal vigente sobre o tema, a superveniência de qualquer tributo ou encargo geral, ocorrida após a data de apresentação da proposta, enseja a possibilidade de revisão dos preços do contrato administrativo em execução.
- Esta alteração do contrato administrativo ampara-se no seguinte instituto:
- a) teoria da imprevisão
 - b) fato do príncipe
 - c) força maior
 - d) fato da administração
 - e) caso fortuito
- 16- Assinale no rol abaixo aquele serviço que não pode ser considerado como serviço técnico profissional especializado, nos termos da legislação vigente:
- a) criação de peças publicitárias
 - b) restauração de obras de arte
 - c) patrocínio de causas judiciais
 - d) treinamento de pessoal
 - e) gerenciamento de obras
- 17- A permissão de serviço público, nos termos da legislação federal, deverá ser formalizada mediante:
- a) termo de permissão
 - b) contrato administrativo
 - c) contrato de permissão
 - d) contrato de adesão
 - e) termo de compromisso

18- O contrato de trabalho por prazo indeterminado celebrado pela Administração Pública Federal não pode ser rescindido, unilateralmente, em virtude de:

- a) necessidade de redução de pessoal, por excesso de despesa.
- b) prática de falta grave, nos termos da CLT.
- c) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções.
- d) insuficiência de desempenho, observadas as cautelas legais.
- e) extinção do órgão público de lotação do empregado público.

DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO

19- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- () De acordo com o princípio da universalidade, que não comporta exceções, todas as despesas e receitas devem estar previstas na lei orçamentária anual.
- () O plano plurianual, que define o planejamento das atividades governamentais, limita-se às despesas de capital e às delas decorrentes e, bem assim, às relativas aos programas de duração continuada.
- () A lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- () Depois de enviados ao Congresso Nacional, o Presidente da República não poderá propor modificações nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual.

- a) V, V, V, V
- b) V, F, F, V
- c) F, V, V, F
- d) V, F, V, V
- e) F, F, F, F

20- Em se tratando de precatórios, é correto afirmar que:

- a) devem ser apresentados até 1º de julho para que o pagamento seja realizado até o final do exercício seguinte.
- b) constituem requisição, feita por juiz de primeiro grau, de verba necessária para o pagamento do crédito de alguém perante pessoa política, em face de decisão judicial.
- c) incorre em crime comum o Presidente do Tribunal que aja com culpa ou dolo, retardando ou tentando frustrar a sua liquidação regular.
- d) o credor preterido do seu direito de precedência, relativamente à ordem cronológica de sua apresentação, poderá requerer ao juiz que proferiu a decisão exequenda que determine o seqüestro da quantia necessária à satisfação do seu crédito.
- e) a ordem cronológica de sua apresentação deve ser rigorosamente respeitada, para efeito dos pagamentos devidos por pessoas políticas, independentemente do valor das obrigações.

21- A competência privativa para fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pertence ao:

- a) Tribunal de Contas da União
- b) Banco Central
- c) Presidente da República
- d) Congresso Nacional
- e) Senado Federal

22- Sobre empréstimos públicos, marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- () Assim como a União, Estados, Municípios e Distrito Federal podem adquirir empréstimos, mediante a emissão de títulos.
- () No caso de empréstimo a Estado, Distrito Federal ou Município, é vedada a concessão de aval pelo Governo Federal.
- () É vedada a concessão de empréstimos, pelo Governo Federal, para pagamento de despesas com pessoal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- () Compete à União estabelecer a política a respeito dos empréstimos públicos e, bem assim, fiscalizar as operações realizadas.

- a) V, V, V, V
- b) V, F, F, V
- c) F, V, V, F
- d) V, F, V, V
- e) F, F, F, F

23- Assinale a opção correta.

- a) A competência para desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária pertence exclusivamente à União e aos Estados.
- b) São imunes a impostos federais, estaduais, municipais e distritais, as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- c) Na desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária, o pagamento da indenização, inclusive das benfeitorias úteis e necessárias, será feito em títulos da dívida agrária.
- d) Os títulos da dívida agrária não decorrem do sistema financeiro comum, motivo pelo qual não são passíveis de negociação no mercado.
- e) Apenas nos casos expressamente estabelecidos em lei, poderá a propriedade produtiva ser desapropriada para fins de reforma agrária.

24- Sobre o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, é correto afirmar que:

- a) o Grupo Mercado Comum constitui o seu órgão político superior.
- b) compete à Comissão Parlamentar Conjunta aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa.
- c) o seu sistema de solução de controvérsias culmina com o processo arbitral, ao qual os particulares têm acesso, não sendo, pois, necessário que o Estado nacional patrocine as respectivas causas.
- d) as normas emanadas dos seus órgãos têm caráter obrigatório e efeito de aplicação direta, não havendo a necessidade de que sejam incorporadas no ordenamento jurídico dos Estados-membros.
- e) não foi originariamente dotado de personalidade jurídica própria, tornando-se organização internacional com o Protocolo de Ouro Preto, vigente desde 1995.

25- Assinale a opção incorreta.

- a) A exploração de atividade econômica pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas constitui intervenção estatal direta no domínio econômico.
- b) A criação de infra-estruturas e o exercício do poder de política econômica constituem formas de intervenção indireta do Estado no domínio econômico.
- c) O Estado intervém na economia por meio do planejamento, que, de acordo com a Constituição Federal, obriga os setores público e privado.
- d) A intervenção do domínio econômico, tanto direta quanto indireta, pode ser realizada por todas as pessoas políticas.
- e) Constitui objetivo da intervenção do Estado na ordem econômica a correção dos efeitos econômicos das disparidades regionais.

26- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- () A responsabilidade individual dos dirigentes ou administradores de pessoa jurídica, por infração da ordem econômica, será subsidiária, em relação à responsabilidade da empresa.
- () A dominação de mercado relevante de bens ou serviços, ainda que decorra de processo natural fundado na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores, constitui infração da ordem econômica.
- () Constitui título executivo extrajudicial a decisão do Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE que comine multa ou imponha obrigação de fazer ou não fazer.
- () A execução das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE será promovida na Justiça Federal do Distrito Federal ou, a critério da Autarquia, na da sede ou domicílio do executado.

- a) V, V, V, V
- b) V, F, F, V
- c) F, V, V, F
- d) F, F, V, V
- e) F, F, F, F

DIREITO TRIBUTÁRIO

27- Em relação à restituição de tributos pagos indevidamente, o Código Tributário Nacional estabelece, de forma expressa, a seguinte regra, entre outras:

- a) a restituição de tributos vence juros capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar, calculados com base na mesma taxa utilizada pela Fazenda Pública para cobrar seus créditos tributários não liquidados no vencimento.
- b) a restituição de tributos pagos indevidamente não dá lugar à restituição dos valores pagos a título de penalidades pecuniárias impostas por autoridade administrativa competente, ressalvados os valores relativos a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- c) o direito de pleitear restituição de tributos extingue-se com o decurso do prazo de dez anos, segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, contado da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que houver reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- d) o direito de pleitear restituição de tributos extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contado da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tiver reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- e) a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

28- Expressamente estabelece o Código Tributário Nacional, no tocante a modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) gera direito adquirido para o sujeito passivo o despacho fundamentado, exarado por autoridade administrativa competente, mediante o qual se conceda remissão de crédito tributário com fundamento em disposição expressa de lei.
- b) o pagamento integral do crédito tributário é ilidido pela imposição de penalidade, na hipótese de haver correlação entre o crédito e a penalidade.
- c) é vedado conceder, mediante lei, desconto pela antecipação do pagamento de crédito tributário, exceto na hipótese de ocorrência de expressivos índices inflacionários ou desvalorização acentuada da moeda nacional.
- d) é vedado à lei autorizar a compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa da Fazenda Pública com créditos líquidos e certos, vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- e) é vedada a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

29- Dispõe o Código Tributário Nacional que o prazo de prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos:

- a) é de cinco anos e interrompe-se pelo protesto judicial ou por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento de erro da decisão, pela autoridade administrativa que a proferiu.
- b) interrompe-se pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.
- c) interrompe-se pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por inteiro, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.
- d) é de dois anos e não se interrompe pelo início da ação judicial, exceto na hipótese de reconhecimento pela autoridade administrativa de que houve erro material em sua decisão denegatória de restituição de tributos.

- e) é de dois anos e não se interrompe pelo início da ação judicial, exceto se, em virtude de requerimento do sujeito passivo por ocasião da petição inicial, o juiz expressamente reconhecer o direito postulado quanto à interrupção da prescrição.

30- Julgue os itens abaixo, relativos ao tema responsabilidade tributária, e marque, a seguir, a opção que apresenta resposta correta.

- I. O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão, ainda que os correspondentes créditos tributários da Fazenda Pública estejam em curso de constituição àquela data e se refiram a fatos geradores de obrigação tributária do *de cujus*, ocorridos nos últimos cinco anos anteriores à abertura da sucessão.
- II. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- III. O adquirente responde solidariamente com o alienante pelos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- IV. O síndico de massa falida é solidariamente responsável com ela pelos créditos tributários correspondentes a obrigações tributárias que resultem de atos praticados por ele, no exercício de suas funções, com excesso de poderes ou infração de lei.

- a) Apenas I e II estão corretos.
- b) Apenas II e III estão corretos.
- c) Apenas I e IV estão corretos.
- d) Apenas II e IV estão corretos.
- e) Apenas III e IV estão corretos.

31- Dispõe expressamente o Código Tributário Nacional, a respeito de garantias e privilégio do crédito tributário:

- a) Na hipótese de não terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente constituído por órgão e autoridade competentes, que se encontre em fase de cobrança administrativa para, se não for liquidado no prazo legal, ser inscrito em dívida ativa e executado judicialmente.
- b) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente inalienáveis ou impenhoráveis.
- c) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho e os protegidos por garantia real.
- d) Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
- e) Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente prove a quitação dos tributos relativos à sua atividade mercantil, exceto se, entre outras hipóteses, fizer prova de que impetrou mandado de segurança ou ingressou na Justiça com outra espécie de ação cabível para questionar a exigência tributária com a qual não concorda.

32- A Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que “Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”, estabelece expressamente:

- a) É vedado às instituições financeiras, exceto se houver prévia autorização do Poder Judiciário, fornecer à Secretaria da Receita Federal as informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações, no que se refere à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), por constituírem informes e operações protegidos por sigilo bancário.
- b) Independem de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos pelas instituições financeiras, quando solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
- c) As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- d) As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não têm permissão legal para, sem prévia autorização do Poder Judiciário, examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, que se refiram a contas de depósitos e aplicações financeiras, ainda que haja processo administrativo instaurado e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- e) O Banco Central do Brasil não tem permissão legal para fornecer informação protegida por sigilo bancário ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgão do Ministério da Fazenda, exceto na hipótese de prévia autorização do Poder Judiciário.

33- Estabelece a Constituição Federal que ao ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, é aplicável o seguinte tratamento quanto à sua tributação e à transferência da correspondente arrecadação:

- a) sem prejuízo da incidência de outros impostos discriminados na Constituição, sujeita-se à incidência do imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza, relativamente aos ganhos obtidos em operações tributáveis, assegurada a transferência de vinte e três e meio por cento do produto da arrecadação do tributo para os Estados e o Distrito Federal e de igual percentual para os Municípios.
- b) sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, devido na operação de origem, e a alíquota mínima do tributo será de um por cento, assegurada a transferência de trinta por cento do montante da arrecadação para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e de setenta por cento do montante da arrecadação para o Município de origem.
- c) sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, devido na operação de origem, e a alíquota máxima do tributo será de um por cento, assegurada a transferência de trinta por cento do montante da arrecadação para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem, e de setenta por cento do montante da arrecadação para o Município de origem.
- d) sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, devido na operação de destino, não podendo a alíquota mínima ser inferior a um por cento, assegurada a transferência de trinta por cento do montante da arrecadação para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme o destino, e de setenta por cento do montante da arrecadação para o Município de destino.

e) sujeita-se à incidência dos impostos discriminados na Constituição, de competência da União, dos Estados e do Distrito Federal, observados os correspondentes fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes definidos em normas infraconstitucionais apropriadas, assegurada a transferência, nos termos e percentuais estabelecidos na Constituição, de parte do produto da arrecadação dos impostos federais para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e, de parte do produto da arrecadação do correspondente imposto estadual, para os Municípios.

34- Marque a opção que apresenta resposta correta, à luz das disposições pertinentes a recursos administrativos, constantes do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

- a) Na hipótese de provimento a recurso de ofício, o prazo para interposição de recurso voluntário pelo sujeito passivo começará a fluir a partir do 30º dia posterior à data de publicação, no Diário Oficial da União, da decisão proferida no julgamento do recurso de ofício.
- b) Em qualquer caso de cabimento de recurso voluntário, o recurso interposto pelo sujeito passivo somente terá seguimento se o recorrente arrolar bens e direitos de valor equivalente a trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão administrativa, limitado o arrolamento, sem prejuízo do seguimento do recurso, ao total do ativo permanente se pessoa jurídica ou ao patrimônio se pessoa física.
- c) Não sendo interposto recurso de ofício, nas hipóteses legalmente estabelecidas, em que sua interposição é obrigatória, o servidor da Secretaria da Receita Federal que verificar o fato representará, por intermédio de seu chefe imediato, ao Secretário da Receita Federal, no sentido de que se faça observar aquela formalidade e de que sejam tomadas as providências disciplinares cabíveis.
- d) O recurso apresentado pelo sujeito passivo, para o competente Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, terá seguimento se o recorrente depositar, em dinheiro, o valor equivalente a vinte e cinco por cento do montante do crédito tributário da União, definido na decisão de primeira instância ou na decisão de segunda instância que der provimento a recurso de ofício.

- e) O seguimento de recurso apresentado pelo sujeito passivo, para o competente Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, de decisão de primeira instância que negar provimento à impugnação de lançamento de crédito tributário, independe de depósito em dinheiro ou de arrolamento de bens e direitos, nos termos do Decreto nº 70.235, de 1972.

35- Em relação ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

- a) admite-se reiterar pedido de mandado de segurança, cuja decisão denegatória lhe haja apreciado o mérito.
- b) liminar concedida em mandado de segurança, que suste a cobrança de crédito tributário, depende da efetivação de depósito do montante integral do crédito para produzir o efeito de suspender-lhe a exigibilidade.
- c) o mandado de segurança admite dilação probatória.
- d) o direito de requerer mandado de segurança extingue-se com o decurso do prazo de quatro meses, contado da data de ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- e) o julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato do Ministro de Estado da Fazenda, que trate de matéria constitucional-tributária, compete, originariamente, ao Superior Tribunal de Justiça.

36- Julgue os itens abaixo, a respeito da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), e, a seguir, marque a opção que apresenta resposta correta.

- I. As obrigações decorrentes dos débitos incluídos no Refis ou nos parcelamentos de que trata a Lei nº 9.964, de 2000, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações promovidas pela administração pública direta ou indireta, bem assim a operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- II. A exclusão da pessoa jurídica do Refis implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
- III. Será excluída do Refis a pessoa jurídica por ele optante que, entre outras hipóteses de não-cumprimento de condições estabelecidas, suspender suas atividades relativas a seu objeto social, não auferir receita bruta por seis meses consecutivos ou compensar indevidamente prejuízo fiscal.
- IV. A opção pelo Refis impõe à pessoa jurídica optante, entre outras obrigações, o dever de autorizar acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, inclusive a ocorrida nos cinco anos imediatamente anteriores à data de opção.

- a) Apenas I e II estão corretos.
- b) Apenas II e III estão corretos.
- c) Apenas II e IV estão corretos.
- d) Apenas I e IV estão corretos.
- e) Apenas III está correto.

37- Julgue os itens abaixo, considerando-se a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que “Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências”, e, a seguir, marque a opção que apresenta resposta correta.

- I. A inscrição de pessoa jurídica no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições, entre outros: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).
- II. É admitida a inclusão, no SIMPLES, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) ou do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) devido por microempresa e empresa de pequeno porte, desde que o Estado, o Distrito Federal ou o Município em que esteja estabelecida venha a aderir ao SIMPLES mediante convênio com a União.
- III. As atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES competem: (a) à Secretaria da Receita Federal, quanto aos impostos e às contribuições por ela administrados; e (b) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto às contribuições de seguridade social por ele administradas.
- IV. São aplicáveis à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata a Lei nº 9.317, de 1996, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

- a) Apenas I e II estão corretos.
- b) Apenas II e III estão corretos.
- c) Apenas II e IV estão corretos.
- d) Apenas I e IV estão corretos.
- e) Apenas III está correto.

38- Nos termos do Código Tributário Nacional, constitui base de cálculo do imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, entre outras hipóteses:

- a) Quanto às operações de seguro, o montante do valor contratado que a seguradora deverá pagar ao segurado na hipótese de ocorrência de sinistro.
- b) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, na emissão, o valor nominal do título menos o deságio, se houver.
- c) Quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, na transmissão, o preço ou o valor nominal, ou o valor da cotação em Bolsa, conforme determinar decreto do Poder Executivo.
- d) Quanto às operações de câmbio, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição.
- e) Quanto às operações de crédito, o montante da obrigação, exclusive os juros.

39- Sempre que (i) _____, a autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos dele. Nesse caso, a partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, (ii) _____ a transferência, alienação ou oneração “autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal” contra ele.

- a) (i) o valor dos créditos tributários de responsabilidade do sujeito passivo for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido
(ii) deve comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona seu domicílio tributário, pois, se não,
- b) (i) o valor dos créditos tributários de responsabilidade do sujeito passivo for superior a certo valor, estabelecido na lei, e também superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido
(ii) deve comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona seu domicílio tributário, pois, do contrário,
- c) (i) a Procuradoria da Fazenda Nacional tiver razões para temer que o sujeito passivo pretenda ilidir o pagamento dos créditos tributários de sua responsabilidade
(ii) se não proceder ao pagamento do tributo, logo após atos de disposição de seus bens imóveis, transferirá ao adquirente a obrigação respectiva e
- d) (i) o sujeito passivo ausentar-se sem deixar representante para administrar o negócio, habilitado com recursos suficientes para pagar a dívida fiscal
(ii) deverá antes depositar o valor do crédito tributário junto ao Cartório de Registro de Imóveis, cujo Oficial será responsável solidário por seu recolhimento e
- e) (i) o sujeito passivo abandonar o estabelecimento, ocultar-se ou tentar ocultar-se, deixando furtivamente o seu domicílio
(ii) deverá proceder com lealdade, comunicando o fato ao órgão da Procuradoria da Fazenda Nacional de seu domicílio, sem o que

- 40- • Entre as vantagens do REFIS acha-se a possibilidade de dispensa dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal anteriormente proposta?
- A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação?
- Para obter a decretação da medida cautelar fiscal, a pedido da Fazenda Pública, e a consequente indisponibilidade de bens do sujeito passivo, a Fazenda Pública necessita, pelo menos de justificação prévia?
- a) Sim, Sim, Sim
b) Não, Não, Não
c) Não, Sim, Não
d) Sim, Não, Sim
e) Sim, Não, Não

DIREITO CIVIL

- 41- Escadas de emergência justapostas nos edifícios são consideradas:
- a) imóveis por acessão física artificial.
b) imóveis por determinação legal.
c) imóveis por acessão intelectual.
d) móveis por determinação de lei.
e) móveis por antecipação.
- 42- Se um contratante supõe estar adquirindo um lote de terreno de excelente localização, quando, na verdade, está comprando um situado em péssimo local, configurado está:
- a) o dolo accidental.
b) o dolo negativo.
c) o dolo principal.
d) o erro sobre o objeto principal da declaração.
e) o dolo positivo.

43- Assinale a opção falsa.

- a) O constituto possessório acarreta a perda da posse, pois o possuidor altera, em virtude da cláusula *constituti*, a relação possessória, passando a possuir em nome próprio aquilo que possuía em nome alheio.
- b) Se o possuidor vier a defender sua posse, restabelecendo a situação ao estado anterior à turbação ou ao esbulho, o prazo de ano e dia não correrá.
- c) Perde-se a posse da coisa pelo abandono se o possuidor intencionalmente se afastar do bem com o intuito de se privar de sua disponibilidade física e de não mais exercer sobre ela qualquer ato possessório.
- d) As benfeitorias compensam-se com os danos que o possuidor esteja obrigado a ressarcir.
- e) O possuidor de má-fé não tem direito de ser indenizado pelas benfeitorias úteis.

44- Para que se tenha a usucapião extraordinária, um dos requisitos legais seria:

- a) decurso do prazo de dez anos entre presentes.
- b) presunção *juris et de jure* de boa-fé e justo título.
- c) apresentação de justo título idôneo para operar a transferência da propriedade.
- d) demonstração da boa-fé.
- e) decorrência do prazo de 15 anos entre ausentes.

45- Assinale a opção correta.

- a) O enfiteuta não terá direito ao resgate do foro, após dez anos da constituição da enfiteuse, mediante pagamento de um laudêmio.
- b) *Canon* é uma pensão anual e invariável paga ao senhorio direto pelo enfiteuta, fixada com base no valor proporcional ao domínio pleno.
- c) A servidão *altius non tollendi*, ou seja, a de não construir além de certa altura, é aparente.
- d) O usufruto não pode ter como objeto um patrimônio.
- e) O titular do direito real de habitação pode alugar e emprestar o imóvel gravado.

46- Assinale a opção falsa.

- a) Vencido o termo estipulado contratualmente para o adimplemento da obrigação, sem que o devedor a cumpra, este incorrerá de *pleno iure* na cláusula penal *dies interpellat pro homine*.
- b) A cláusula penal representa uma preestimativa das perdas e danos que deverão ser pagas pelo devedor no caso de descumprimento do contrato principal.
- c) A cláusula penal possui a característica da incondicionalidade, já que o dever de pagar a pena convencional não está subordinado a nenhum evento futuro e incerto.
- d) A cláusula penal possui função ambivalente por reunir a compulsória e a indenizatória sendo, ao mesmo tempo, reforço do vínculo obrigacional, por punir seu inadimplemento, e liquidação antecipada das perdas e danos.
- e) Será moratória a pena convencional se convencionalizada para o caso de simples mora.

47- Se o depositário não conseguir provar suficientemente as despesas e os prejuízos, ou se o valor deles for ilíquido, deverá:

- a) exigir caução idônea do depositante.
- b) reembolsar *ex lege* o depositante.
- c) pagar *ex contractu* as benfeitorias.
- d) apurar, primeiramente, a liquidez do ressarcimento.
- e) requerer, em primeiro lugar, a remoção da coisa para o depósito público.

48- Seguro de capital deferido configurar-se-á se:

- a) várias pessoas se unem por meio de estatuto para dividir danos que cada uma poderia ter em razão de certo sinistro.
- b) o segurado se obriga a pagar um prêmio fixo, enquanto vivo, para que a seguradora pague indenização aos seus beneficiários após sua morte.
- c) compreender a vida do próprio segurado ou de terceiro.
- d) feito entre seguradora e marido e mulher, em que a indenização é paga ao cônjuge sobrevivente.
- e) o segurado tiver direito à soma do seguro se ainda estiver vivo ao fim de certo número de anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49- A ilegitimidade passiva de parte implica

- a) nulidade do processo.
- b) extinção do processo com julgamento de mérito.
- c) extinção do processo por falta de pressuposto processual.
- d) extinção do processo por carência da ação.
- e) julgamento antecipado.

50- Assinale a opção correta.

- a) A incompetência absoluta é passível de prorrogação.
- b) A incompetência territorial é, em princípio, relativa.
- c) A prevenção é determinada somente pela citação.
- d) A incompetência absoluta deve ser argüida mediante exceção.
- e) A conexão deve ser argüida mediante exceção de incompetência.

51- Denúnciação de lide é forma de intervenção de terceiros destinada a

- a) estabelecer a responsabilidade dos demais co-devedores não-solidários.
- b) possibilitar o ingresso voluntário no processo do titular de interesse jurídico.
- c) possibilitar o exercício do direito de regresso, fundado na obrigação de garantia.
- d) permitir o exercício do direito de regresso, fundado na solidariedade.
- e) fixar a responsabilidade de todos os fiadores.

52- O litisconsórcio será necessário e unitário sempre que

- a) a lei determinar a pluralidade de partes.
- b) for obrigatória a participação de todos os integrantes da relação material incindível.
- c) for determinado pela lei, ainda que cindível a relação de direito material.
- d) o resultado do processo tiver de ser igual para todas as partes.
- e) o resultado do processo puder ser igual para todas as partes.

53- A presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial

- a) constitui efeito da revelia e é absoluta.
- b) não ocorre, em caso de litisconsórcio simples ou comum, se um dos réus apresentar contestação.
- c) é efeito da revelia e não depende da natureza do direito litigioso.
- d) pode não ser aceita pelo juiz, embora prevista como efeito da revelia.
- e) é consequência da confissão.

54- A coisa julgada material

- a) está limitada ao dispositivo da sentença de mérito.
- b) abrange a fundamentação da sentença de mérito.
- c) é *erga omnes*.
- d) implica extinção do processo por carência da ação.
- e) impede o reexame do pedido, ainda que diversa a fundamentação fática.

55- Os requisitos de admissibilidade de recurso de apelação estão sujeitos ao controle

- a) apenas pelo juiz.
- b) apenas pelo tribunal.
- c) pelo juiz e pela turma julgadora.
- d) pelo relator e pela turma julgadora.
- e) pelo juiz, pelo relator e pela turma julgadora.

56- A profundidade do efeito devolutivo da apelação

- a) impede que o tribunal examine matéria de mérito não deduzida no recurso.
- b) possibilita que o tribunal, afastada a carência, examine o mérito.
- c) torna possível que os fundamentos da ação e da defesa sejam analisados pelo tribunal, ainda que não versados na sentença.
- d) significa a necessidade de haver recurso para possibilitar ao tribunal examinar fundamentos não versados na sentença.
- e) é limitada pela vontade do apelante.

57- Findo o prazo dos embargos à execução

- a) o executado não poderá mais discutir questões preliminares e de mérito.
- b) é possível a alegação de qualquer matéria de defesa pela via da chamada exceção de pré-executividade.
- c) só a matéria de mérito está definitivamente preclusa.
- d) só haverá possibilidade de alegação de matéria de ordem pública.
- e) poderá ser proposta demanda autônoma ou, dependendo da matéria, a alegação será deduzida na própria execução.

58- A tutela antecipada

- a) aplica-se a qualquer modalidade de tutela jurisdicional e implica apenas antecipação dos respectivos efeitos.
- b) limita-se a antecipar efeitos da tutela condenatória.
- c) implica antecipação da própria tutela jurisdicional e, na prática, confunde-se com o julgamento antecipado.
- d) só pode ser concedida antes do saneador.
- e) não pode ser concedida após a sentença.

DIREITO COMERCIAL

59- O exercício de direitos cartulares compete:

- a) apenas ao titular do crédito.
- b) a qualquer possuidor.
- c) a quem figure como nomeado no instrumento no caso de títulos nominativos.
- d) a qualquer portador da cártula em circulação no mercado.
- e) a legitimado cambiário na forma de circulação do título.

60- O capital estrangeiro, para efeito de sua utilização no Brasil por empresários nacionais

- a) depende, como solenidade essencial, de registro perante o Banco Central do Brasil.
- b) está sujeito a regras jurídicas diferenciadas daquelas aplicáveis ao capital nacional.
- c) deve ser registrado tão-somente para fins de controle e de retorno pelo sistema oficial.
- d) somente pode ingressar a título de empréstimo em dinheiro ou subscrição de ações.
- e) está obrigado a um período mínimo de permanência no país, de forma a que o empresário receptor possa beneficiar-se de incentivos fiscais.

61- A responsabilidade de sócios-gerentes das sociedades limitadas é:

- a) limitada à sua participação no capital social.
- b) ilimitada, embora subsidiária, perante credores sociais.
- c) ilimitada na hipótese de delegação da função administrativa pelos atos do delegado.
- d) solidária com os demais gerentes pelos atos de gestão.
- e) solidária com a sociedade em certas hipóteses.

62- Na celebração de operações de crédito, as instituições financeiras

- a) estão sujeitas a limites legais na fixação da taxa de juros.
- b) não podem emprestar a seus administradores e familiares até o segundo grau, em qualquer hipótese.
- c) podem efetuar empréstimos a administradores e familiares, independentemente do grau de parentesco, desde que autorizadas previamente pelo Banco Central do Brasil.
- d) são obrigadas a exigir garantias reais dos favorecidos para valores acima de R\$100.000,00.
- e) notadamente, os bancos de investimento somente podem contratá-las acima de 180 dias.

63- A competência da Comissão de Valores Mobiliários, estabelecida na Lei nº 6.385/76, dá à autarquia poder para:

- a) determinar a anulação de operações realizadas em Bolsas de Valores sempre que houver suspeita de irregularidades.
- b) determinar a ineficácia de operações de *swaps* de taxas de juros celebradas entre instituições financeiras.
- c) fixar limites para negócios celebrados em Bolsas de Futuros.
- d) aprovar a criação de mercados para negócios de derivativos.
- e) suspender a negociação de quaisquer valores mobiliários em mercados.

64- A liquidação extrajudicial disciplinada pela Lei nº 6.024/74 visa a:

- a) superar as dificuldades típicas das execuções coletivas tal como prescrito no Decreto nº 7.661/45.
- b) dar aos aplicadores, credores das instituições financeiras, suporte normativo para exercerem suas pretensões.
- c) criar condições mais eficientes para atender ao rateio dos créditos contra as instituições financeiras insolventes.
- d) impedir pedidos de falência contra instituições financeiras por qualquer credor.
- e) garantir igualdade entre credores de mesma classe nos rateios da massa.

65- Decretada a falência de uma sociedade comercial,

- a) os administradores podem continuar gerindo a empresa até a posse do síndico.
- b) o juiz deverá, em qualquer hipótese, fixar o termo legal, que não pode ultrapassar de 60 dias a data do primeiro protesto por falta de pagamento.
- c) tornam-se ineficazes os efeitos de todos os contratos celebrados anteriormente pela sociedade.
- d) a falta de livros contábeis obrigatórios caracterizará crime falimentar.
- e) estabelece-se o juízo universal, significando que todas as ações em relação às quais a massa falida seja autora ou ré deverão ser instauradas ou deslocadas para o juízo da falência.

DIREITO PENAL

66- Constitui abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65) qualquer atentado:

- a) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.
- b) ao direito de herança.
- c) à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- d) ao direito de resposta proporcional ao agravo.
- e) à concessão de asilo político.

67- No tocante aos crimes resultantes de preconceitos, de raça ou de cor, pode-se afirmar que (Lei nº 7.716/89):

- a) não constitui efeito da condenação a perda de cargo ou função pública para o servidor público que for sujeito ativo do crime.
- b) a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses constitui um efeito da condenação automático, pois não deve ser motivadamente declarado por sentença.
- c) não se considera crime fabricar distintivo que utilize a cruz suástica para fins de divulgação do nazismo.
- d) no caso de prática de discriminação ou preconceito de raça por intermédio de publicação de qualquer natureza, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado a decisão, a destruição do material apreendido.
- e) no crime de negar ingresso de aluno em estabelecimento público ou privado de qualquer grau, não há agravamento de pena quando praticado contra menor de 18 anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

68- Considerar-se-á perempta a ação penal quando,

- a) iniciada a ação penal privada subsidiária, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.
- b) sendo o querelante pessoa jurídica, nos casos em que somente se procede mediante queixa, a empresa se extinguir sem deixar sucessor.
- c) falecendo a vítima, na ação penal pública condicionada à representação, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de trinta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- d) sobrevindo a incapacidade do querelante, na ação penal privada subsidiária, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de sessenta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- e) iniciada a ação penal privada, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante vinte dias seguidos.

69- A, candidato derrotado a vereador, ofendeu a dignidade de B na propaganda eleitoral, praticando assim crime contra a honra previsto no Código Eleitoral. A queixa-crime deverá ser ajuizada perante a(o)

- a) justiça estadual do local do crime.
- b) Tribunal de Justiça.
- c) justiça eleitoral do local do crime.
- d) Tribunal Regional Eleitoral.
- e) Tribunal Regional Federal.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

70- No contrato de prestação de serviços para ente público, o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora de serviços:

- a) gera o reconhecimento de vínculo direto com a tomadora dos serviços, no caso de serviços ligados à atividade-fim da tomadora dos serviços.
- b) implica a responsabilidade direta e principal dos débitos trabalhistas pelo ente público, sem reconhecimento de vínculo empregatício.
- c) importa no reconhecimento da responsabilidade solidária entre prestadora e tomadora dos serviços pelos débitos trabalhistas.
- d) conduz à responsabilização subsidiária do ente público, em caso de incapacidade da prestadora de serviços arcar com os débitos trabalhistas.
- e) não gera qualquer responsabilização da administração pública ou vínculo com o ente público.

71- Não se pode dizer, em relação aos adicionais legais, que:

- a) o adicional de periculosidade é devido mesmo se o contato com o agente de risco é intermitente.
- b) o adicional de periculosidade deve ser pago proporcionalmente ao tempo de exposição ao agente de risco.
- c) o adicional de periculosidade é devido pelo contato com inflamáveis, explosivos e em condições de risco no setor de energia elétrica.
- d) o adicional de insalubridade tem como base de cálculo o salário mínimo.
- e) o adicional de insalubridade integra a base de cálculo das horas extras.

72- O termo inicial do prazo decadencial da ação rescisória na Justiça do Trabalho não é protraído no caso da interposição, no processo que deu origem à decisão rescindenda, de recurso:

- a) manifestamente intempestivo ou incabível.
- b) intempestivo ou com irregularidade de representação.
- c) manifestamente incabível ou com irregularidade de representação.
- d) intempestivo ou com valor inferior ao da alçada.
- e) manifestamente incabível ou com valor inferior ao da alçada.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

73- Considerando o conceito, organização e princípios constitucionais da seguridade social na Constituição Federal, julgue os itens abaixo.

- I. Seguridade social vincula-se a um conjunto de ações independentes e estanques na área de saúde, previdência e assistência social.
 - II. Não há previsão constitucional de recursos financeiros para a seguridade social.
 - III. A contribuição social não constitui exação fiscal vinculada.
 - IV. Só as empresas contribuem para o financiamento da seguridade social.
- a) Todos estão incorretos.
 - b) Somente I está incorreto.
 - c) II e IV estão corretos.
 - d) I e II estão corretos.
 - e) III e IV estão corretos.

74- Com relação ao regime geral da previdência social, beneficiários, benefícios e custeio à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

- a) São beneficiários do regime geral: os segurados das diversas categorias, não incluídos os seus dependentes.
- b) O auxílio-funeral é uma espécie de benefício existente no regime geral federal.
- c) Não há diferenças de alíquotas entre os diversos benefícios previdenciários.
- d) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.
- e) São dependentes obrigatórios os pais do segurado independentemente da comprovação de dependência econômica.

75- Assinale a assertiva correta sobre as entidades de previdência privada: conceito e finalidades, constituição e organização, à luz da Constituição Federal de 1988.

- a) O regime de previdência privada e o regime geral de previdência pública atuam de forma mutuamente exclusiva.
- b) As informações relativas à gestão dos planos de previdência privada são inacessíveis aos participantes destes.
- c) Os benefícios da previdência privada fechada não integram o contrato de trabalho dos participantes.
- d) É impossível o aporte de recursos públicos a entidade de previdência privada na qualidade de patrocinador.
- e) A contribuição das entidades públicas para o fundo pode exceder a do segurado.

76- Assinale a assertiva incorreta sobre o PIS/PASEP, à luz da Constituição Federal e da legislação regulamentadora:

- a) Os recursos do PIS/PASEP servem, entre outros propósitos, para financiar o seguro-desemprego.
- b) As pessoas jurídicas de direito privado são contribuintes do PIS/PASEP.
- c) O PIS e o PASEP foram criados após a Constituição Federal de 1988.
- d) Os recursos do PIS/PASEP, financiam, também, programas de desenvolvimento econômico.
- e) O seguro-desemprego é um benefício vinculado à previdência social no âmbito da seguridade social estabelecida na Constituição Federal de 1988.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

77- Considerando a prática brasileira, bem assim o entendimento do Direito Internacional acerca dos tratados internacionais, marque a opção incorreta.

- a) Qualquer tratado existente que seja conflitante com norma imperativa de direito internacional geral (*jus cogens*) posterior torna-se nulo e extingue-se.
- b) Os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro mediante decreto presidencial de promulgação têm força de lei ordinária.
- c) O Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento no sentido de que os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico nacional têm estatuto de lei ordinária.
- d) Pode-se dizer que tratado internacional é um acordo celebrado por escrito entre sujeitos de direito internacional, qualquer que seja sua denominação particular.
- e) O Congresso Nacional resolve definitivamente sobre tratados internacionais toda vez que os ratifica no plano externo.

Texto motivador para a questão 78.

“(…) a grande nota característica do Direito Internacional Público, na atualidade, é sua enorme expansão, tanto no referente à extensão de assuntos sob seu império (a mencionada globalização horizontal), quanto a seu vigor em direção a maior eficácia (uma das conseqüências da citada globalização vertical). Nesse particular, digno de nota, em comparação com os séculos anteriores, é a extraordinária multiplicação de suas fontes: o crescimento exponencial de tratados multilaterais, sobre os mais variados temas, a proliferação de organizações intergovernamentais, com seus poderes normativos próprios, e, no campo doutrinário, a emergência de obras coletivas, reunidas por um editor de talento ou sob a égide de organizações científicas nacionais ou internacionais, onde temas tópicos são versados com a mais alta competência e especialidade. Para completar o rol das fontes do Direito Internacional Público, neste início do século XXI, têm crescido em número e importância as decisões de tribunais internacionais, fato que confere à jurisprudência um papel da mais alta relevância, como forma de revelação das normas desse Direito, sem ter a possibilidade de descobrir qualquer paralelismo, com tal vigor, nos tempos passados da história das relações internacionais.” (in SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional Público. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002, p. 34).

78- Considerando que o texto transcrito tem caráter unicamente motivador, avalie os seguintes itens e indique a opção correta.

- I. No momento atual, o Direito Internacional Público ainda não dispõe de meios efetivos de sanção.
- II. A ausência de um Poder Legislativo universal, bem assim de um Judiciário internacional com jurisdição compulsória, são alguns dos argumentos utilizados pelos negadores do direito internacional para falar da ausência de caráter jurídico do direito das gentes.
- III. As organizações internacionais exprimem vontade própria — distinta da de seus Estados-membros — ao agir nos domínios em que desenvolve sua ação. Tal se dá tanto nas relações com seus membros, quanto no relacionamento com outros sujeitos do direito internacional.

IV. Pode-se mencionar como exemplos de tribunais internacionais: a Corte Internacional de Justiça (sede na Haia), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (San José da Costa Rica), o Tribunal Internacional do Direito do Mar (Hamburgo), o Tribunal Penal Internacional (Haia) e a Corte Constitucional Italiana (Roma).

V. A doutrina, meio auxiliar para a determinação das regras de Direito Internacional Público, tem como funções fornecer a prova do conteúdo do direito e influir no seu desenvolvimento.

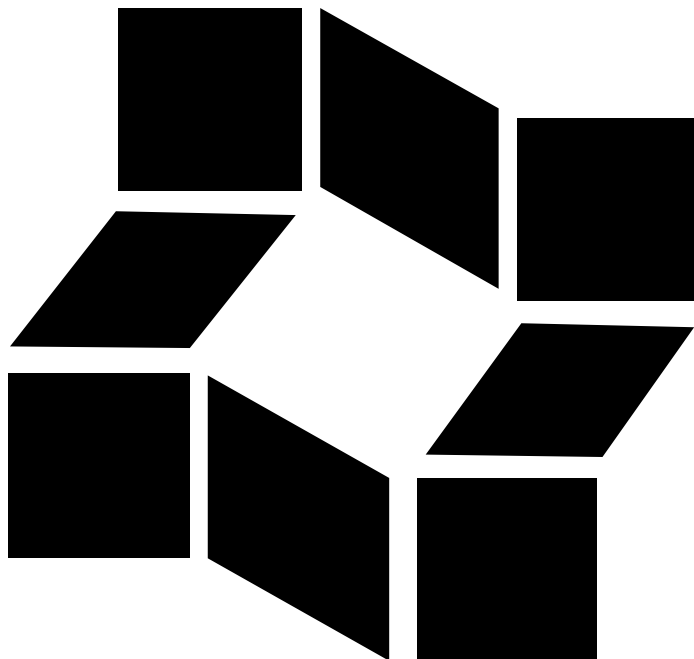
- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III e V estão corretos.
- d) Apenas o item IV está incorreto.
- e) Apenas os itens I e III estão incorretos.

79- Indique a opção correta.

- a) São tipos (modalidades) de processos de integração econômica: zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária.
- b) A União Européia é mais do que uma zona de livre comércio e menos do que um mercado comum.
- c) Ao Grupo Mercado Comum, um dos componentes da estrutura institucional do Mercosul, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-partes.
- d) Apesar de possuir personalidade jurídica de Direito Internacional, ao Mercosul é vedado contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, ainda que no uso de suas atribuições.
- e) O Mercosul não pode celebrar acordos de sede já que não é uma organização internacional.

80- Sobre o tema da imunidade de jurisdição, indique a opção correta.

- a) A regra que dispõe não haver jurisdição entre os pares (*par in parem non habet iudicium*) não mais se aplica ao relacionamento entre Estados tendo em vista o princípio da jurisdição universal.
- b) Os cônsules e os diplomatas gozam da mesma pauta de privilégios e imunidades.
- c) A finalidade dos privilégios e imunidades diplomáticos, além de beneficiar indivíduos, é garantir o eficaz desempenho das funções das missões diplomáticas, em seu caráter de representantes dos Estados.
- d) O agente diplomático goza, em regra, da imunidade de jurisdição civil, administrativa e penal do Estado acreditado.
- e) A renúncia à imunidade de jurisdição no tocante às ações cíveis ou administrativas implica renúncia à imunidade quanto às medidas de execução da sentença, para as quais nova renúncia é necessária.



ESAF